

TERMO DE COMPROMISSO

A **COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**, doravante denominada simplesmente **CVM**, neste ato representada por seu Presidente, Leonardo Porciúncula Gomes Pereira, de um lado, e de outro, os doravante denominados **COMPROMITENTES**, **CRISTIANO MALUCELLI**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 872.486.979-15, com escritório na Rua Visconde de Nacar, 1441, 5º andar, Curitiba, Paraná, **ANDRÉ LUIZ MALUCELLI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 606.028.489-20, com escritório na Rua Visconde de Nacar, 1441, 1º andar, Curitiba, Paraná, **ANILSON FIEKER PEDROZO**, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, inscrito no CPF/MF sob o nº 607.967.159-04, com escritório na Rua Visconde de Nacar, 1441, 5º andar, Curitiba, Paraná, **LUIS CESAR MIARA**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 184.600.979-00, com escritório na Rua Visconde de Nacar, 1441, 5º andar, Curitiba, Paraná, **VANDER DELLA COLETTA**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.627.819-87, com escritório na Rua Visconde de Nacar, 1441, 1º andar, Curitiba, Paraná e **JORGE NACLI NETO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 185.421.909-04, com escritório na Rua Visconde de Nacar, 1441, 5º andar, Curitiba, Paraná, tendo em vista a proposta formulada nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2012/8371 ("**PAS**"), aprovada pelo Colegiado da **CVM** em reunião de 14/05/2012, resolvem, com fundamento no parágrafo 5º, do artigo 11, da Lei nº 6.385/76, e nos incisos I e II, do artigo 7º, da Deliberação **CVM** nº 390/01, celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, com base nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª – Os **COMPROMITENTES** obrigam-se a pagar à **CVM**, como condição para celebração do Termo de Compromisso, o valor de **R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)**, sendo R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) pagos por Cristiano Malucelli e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelos demais comprometentes, quantia a ser pela **CVM** utilizada segundo seu exclusivo critério e conveniência.

Cláusula 2ª - O pagamento previsto na cláusula anterior será feito por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) e efetuado no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação do presente documento no Diário Oficial da União. A Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site www.stn.fazenda.gov.br, obedecerá os códigos 173030 para Unidade Favorecida (**CVM**); 17202 para Gestão, 10171-0 para Recolhimento (**CVM** – Termo de Compromisso) e Número de Referência 20128371.

Cláusula 3ª - Os **COMPROMITENTES**, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de pagamento da GRU, encaminhará à Coordenação de Controle de Processos Administrativos ("**CCP**"), cópia do comprovante do pagamento realizado, para fins de juntada aos autos do processo e comprovação do cumprimento da obrigação.

Cláusula 4ª - Os **COMPROMITENTES** respondem pelo fiel cumprimento das obrigações e observância das condições ora ajustadas.

Cláusula 5ª - Nos termos do § 6º do art. 11 da Lei nº 6.385/76, a assinatura do presente **TERMO DE COMPROMISSO** não importa confissão dos **COMPROMITENTES** quanto à matéria de fato, nem reconhecimento da ilicitude de suas condutas.

Cláusula 6ª - O andamento do **PAS** ficará suspenso em relação aos **COMPROMITENTES** a partir da data de publicação do **TERMO DE COMPROMISSO** no Diário Oficial da União, pelo prazo estipulado para o cumprimento das obrigações assumidas.

Cláusula 7ª - A Superintendência Administrativo-Financeira ("**SAD**") deverá atestar o cumprimento das obrigações pactuadas no **TERMO DE COMPROMISSO**.

Cláusula 8ª - Uma vez cumpridas todas as obrigações ora pactuadas, conforme devidamente atestado pela **SAD** e homologado pelo Colegiado da **CVM**, o **PAS** será definitivamente arquivado em relação aos **COMPROMITENTES**.

Cláusula 9ª - Caso os **COMPROMITENTES** não cumpram as obrigações assumidas neste **TERMO DE COMPROMISSO**, o mesmo se constituirá em título executivo extrajudicial, conforme dispõe o § 7º, do art. 11, da Lei nº 6.385/76, bem como a **CVM** dará continuidade ao **PA**, nos termos do § 8º do citado artigo.

E, assim, por estarem justos e acordados, firmam o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, em três vias, de igual teor e forma, que será publicado no Diário Oficial da União, para que produza seus efeitos de Direito.

Rio de Janeiro, de de 2013.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Leonardo Porciúncula Gomes Pereira

Cristiano Malucelli

André Luiz Malucelli

Anilson Fieker Pedrozo

Luis Cesar Miara

Vander Della Coletta

Jorge Nacli Neto

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: